

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

Handwritten notes and signatures in blue ink, including "AL", "C", "LGS", and other illegible marks.

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 IDENTIFICAÇÃO

Designação: Instituto Superior Técnico

NIF: 501 507 930

Sede: Avenida Rovisco Pais, 1096-049, Lisboa

Atividade principal: Ensino Superior (CAE principal: 85420; CAE secundário: 86906)

Classificação Orgânica: 091033000

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Regime Financeiro: Autonomia Patrimonial, Administrativa e Financeira

8.1.2 LEGISLAÇÃO

O Instituto Superior Técnico (IST) foi criado em 23 de maio de 1911, por Decreto do Governo Provisório da República, no âmbito do Ministério do Fomento. Em 1930 foi criada a Universidade Técnica de Lisboa e nela se integrou o IST. Os estatutos do IST foram publicados no Diário da República, II Série, nº 120 de 25 de maio de 1990. Em 25 de setembro de 2013 houve alteração dos Estatutos do IST, publicados no Diário da República, II Série, nº 185.

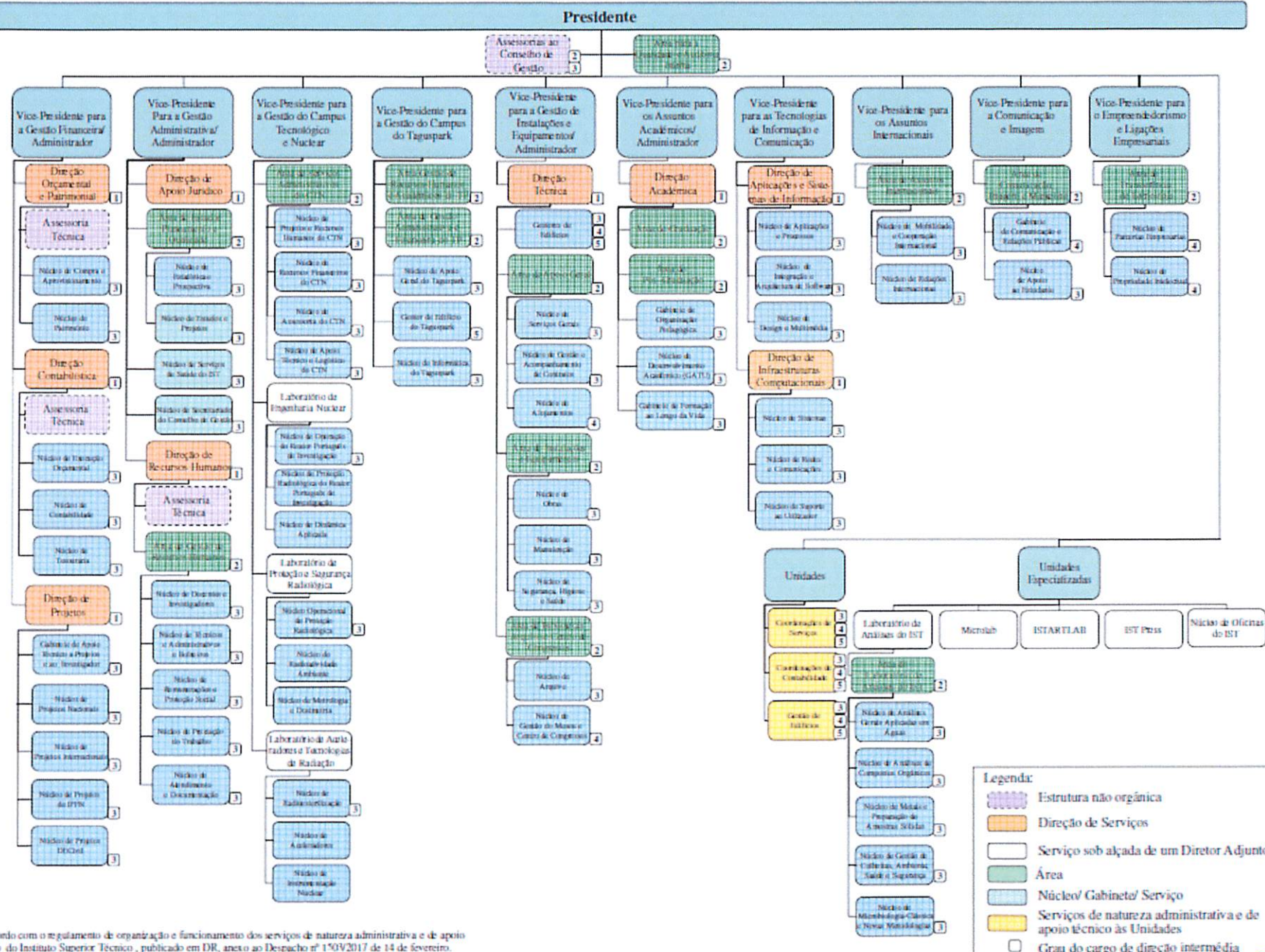
O Instituto Superior Técnico é uma pessoa coletiva de direito público, integrada na Universidade de Lisboa (UL) e dotada de autonomia estatutária, científica, cultural, pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial.

O Decreto-Lei n.º 29/2012, de 9 de fevereiro, procede à integração do Instituto Tecnológico e Nuclear, assegurando a transferência da sua missão, das suas atribuições e competências, assim como a integração do seu pessoal e património, no Instituto Superior Técnico. Esta integração foi efetivada a 1 de maio de 2012.

No desenvolvimento de toda a sua atividade, o Instituto Superior Técnico rege-se pelas leis que regulam o Ensino Superior em Portugal, adotando igualmente as diretrizes internacionais aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do Processo de Bolonha.

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A 31 de dezembro de 2017, o organograma do Instituto Superior Técnico era o seguinte:



¹ De acordo com o regulamento de organização e funcionamento dos serviços de natureza administrativa e de apoio técnico do Instituto Superior Técnico, publicado em DR, anexo ao Despacho nº 1503/2017 de 14 de fevereiro.

8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Instituto Superior Técnico tem como missão contribuir para o desenvolvimento da sociedade, promovendo um ensino superior de qualidade nas áreas de Engenharia, Arquitetura, Ciência e Tecnologia, nas vertentes de graduação, pós-graduação e formação ao longo da vida, e desenvolvendo atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I), essenciais para o progresso do conhecimento, e para ministrar um ensino ao nível dos mais elevados padrões internacionais.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto Superior Técnico são, essencialmente, atividades de investigação científica e tecnológica, organização de cursos de 1º, 2º e 3º ciclos, de especialização e de formação profissional, atividades de divulgação cultural e científica e prestações de serviços nas áreas científicas.

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

Os responsáveis pelos órgãos de gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos do Instituto Superior Técnico são:

Conselho de Gestão:

Arlindo Manuel Limede de Oliveira (Presidente)

Luís Manuel Soares dos Santos Castro (Vice-Presidente para a Gestão Financeira)

Luís Manuel de Jesus Sousa Correia (Vice-Presidente para a Gestão do Campus do Taguspark)

José Joaquim Gonçalves Marques (Vice-Presidente para a Gestão do Campus de Loures)

Nuno Alexandre de Brito Pedroso (Administrador)

Luís Miguel Teixeira D'Ávila Pinto da Silveira (Vice-Presidente para as Relações Internacionais)

Luís Guerra e Silva (Vice-Presidente para as Tecnologias de Informação e Comunicação)

Luís Miguel Veiga Vaz Caldas de Oliveira (Vice-Presidente para o Empreendedorismo e Ligações Empresariais)

Palmira Maria Martins Ferreira da Silva (Vice-Presidente para a Comunicação e Imagem)

Jorge Manuel Ferreira Morgado (Vice-Presidente para a Gestão Administrativa)

Maria de Fátima Grilo da Costa Montemor (Vice-Presidente para os Assuntos Académicos)

João Gomes Ferreira (Vice-Presidente para a Gestão de Instalações e Equipamentos)

Direção de serviços:

José Manuel Ramos Riscado (Direção Técnica)

Luís Miguel Marques Coimbra (Direção de Recursos Humanos)

Pedro Augusto Corte-Real Vieira Meireles (Gabinete Jurídico)

Ana Isabel Gomes Guimarães (Direção Orçamental e Patrimonial)

Ana Cristina Mendes Cotrim (Direção Contabilística)

Maria Cristina de Oliveira Santos Matos David Ezra (Direção Académica)

Luís Eugénio Marques Moreira Pires da Cruz (Direção Aplicações e Sistemas de Informação)

Jorge Daniel Sequeira Matias (Direção de Infraestruturas Computacionais)

Teresa Cristina de Oliveira Malhoa Pereira (Direção de Projetos)

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço do Instituto Superior Técnico durante o exercício de 2017:

<u>Carreiras e Categorias</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal Docente:		
Prof. Catedrático	101	96
Prof. Catedrático Convidado	6	2
Prof. Associado	196	182
Prof. Associado Convidado	10	7
Prof. Auxiliar	365	377
Prof. Auxiliar Convidado	78	38
Assistente	-	-
Assistente Convidado	3	2
Assistente Estagiário	-	-
Monitor	-	-
Outros	-	-
	<u>759</u>	<u>704</u>
Pessoal Não Docente:		
Dirigente	78	74
Técnico Superior	213	208
Informática	32	29
Coordenador Técnico	7	5
Assistente Técnico	147	144
Encarregado operacional	2	2
Assistente operacional	71	73
Técnico operacional	-	-
Administrativo	-	-
Auxiliar	-	-
Contr. Termo Certo	-	-
Contr. Avença ou Tarefa	4	4
	<u>554</u>	<u>539</u>
Pessoal de Investigação:		
Investigador	112	114
Assistente	-	-
Estagiário	-	-
Técnico de Laboratório	-	-
	<u>112</u>	<u>114</u>
Total	<u>1.425</u>	<u>1.357</u>

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O Instituto Superior Técnico implementou o POCED a partir de 2002, por força da Legislação em vigor. Esta implementação apenas contemplou a contabilidade geral e orçamental. No que respeita à contabilidade analítica, o IST dispunha, no âmbito da Comunidade Europeia, de um modelo aprovado para cálculo da sua estrutura de custos em Fullcost, pelo que apenas no âmbito da revisão de tal modelo é possível compatibilizá-lo com o que prevê o POCED.

A organização do arquivo dos documentos de suporte é por número sequencial de registo contabilístico. Nos projetos de investigação e desenvolvimento, o arquivo é feito por projeto e por rubrica de projeto.

O sistema informático utilizado no IST, responde no essencial ao que o POCED exige. Tendo como suporte uma base de dados Oracle permite-nos várias operações de gestão, como a gestão de terceiros, gestão de tesouraria, gestão orçamental, gestão do imobilizado e contabilidade geral.

A estrutura contabilística do IST inclui:

- O Núcleo de Contabilidade, que gere patrimonialmente o orçamento de estado, os investimentos do plano e as receitas próprias internas da escola, onde se incluem os contratos de investigação e desenvolvimento com o exterior de todos os centros de investigação que não têm contabilidade própria.
- O Núcleo de Execução Orçamental, que gere o Orçamento básico da escola, os investimentos do plano, as receitas próprias internas da escola, todos os contratos de investigação e desenvolvimento com o exterior de todos os centros de investigação que não têm contabilidade própria.
- O Núcleo de Tesouraria, que gere os pagamentos e recebimentos.
- A Contabilidade de algumas unidades com autonomia, que gere receitas próprias internas do departamento.

Assim, paralelamente à contabilidade central, existem algumas estruturas, incluindo Centros de Investigação e três departamentos, que funcionam com serviços autónomos de contabilidade.

O sistema de informação utilizado é centralizado. Os documentos contabilísticos são lançados na mesma base de dados. O que os distingue são os diários e a unidade de exploração.

O Instituto Superior Técnico possui um Manual de Procedimentos em vigor desde Março de 2008.

O IST não procede à elaboração de demonstrações financeiras intercalares.

8.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

A Estrutura do IST inclui a Área para a Qualidade e Auditoria Interna que visa proporcionar um serviço independente e objetivo, destinado a acrescentar valor e melhorar os procedimentos operacionais do IST tendo como propósito contribuir para a melhoria dos desempenhos, para um sistema de controlo eficaz e para a promoção da qualidade. Uma das suas atividades é a auditoria interna, sendo uma atividade independente, objetiva e de aconselhamento desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da organização. Deverá ajudar uma organização a atingir os seus objetivos pela abordagem sistemática e disciplinada no sentido de avaliar e melhorar a efetividade do sistema de controlo interno, de gestão de risco e processos de governo. Fazendo parte das suas funções, assegurar a uniformização e conformidade dos procedimentos, dispor de um sistema devidamente organizado, funcional e eficiente e detetar irregularidades e aplicar ações corretivas sempre com a supervisão do Conselho de Gestão.

O IST dispõe de manual de procedimentos, implementado com nova versão em 2011, sendo um conjunto de normas, procedimentos, funções, atividades, objetivos e orientações transversal a toda a estrutura organizativa do IST.

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos do Instituto Superior Técnico mantidos em conformidade com os princípios, métodos e critérios geralmente aceites em Portugal e consignados no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria nº. 794/2000 de 20 de Setembro.

A elaboração daquelas demonstrações financeiras assentou, nomeadamente, nos princípios contabilísticos da consistência, da especialização dos exercícios, da prudência e da materialidade, no pressuposto da continuidade das operações.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado. Aquelas cuja numeração é omissa não se aplicam à realidade do Instituto Superior Técnico ou respeitam a fatores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os exercícios de 2016 e de 2017.

8.2.1 DERROGAÇÕES AO POC-EDUCAÇÃO

Foi derogado o princípio contabilístico do custo histórico, de acordo com o ponto 4.1.1 do POC – Educação, na valorização dos terrenos e edifícios, tendo estes sido registados pelo valor resultante da respetiva avaliação.

8.2.3 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os principais critérios valorimétricos e contabilísticos utilizados pelo Instituto Superior Técnico na preparação das suas demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Imobilizações corpóreas

As demonstrações financeiras obedecem ao princípio contabilístico do custo histórico, exceto no que se refere ao ativo imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 1992, que foi avaliado por duas empresas da especialidade, encontrando-se refletido em balanço o menor valor global das avaliações efetuadas e no que se refere à integração do Instituto Tecnológico e Nuclear cujos custos históricos dos edifícios não eram conhecidos foram avaliados ao custo de reconstrução.

A exceção referida de avaliação resulta do facto de desde a data da sua constituição, em 1911, até 31 de dezembro de 1992, o IST ter seguido os princípios da contabilidade pública na preparação das suas contas. Neste contexto, não foi possível recorrer à documentação de suporte que permitisse registar pelo custo de aquisição os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 1992.

Os bens do ativo imobilizado adquiridos até 31 de dezembro de 1992 foram avaliados e incorporados nas demonstrações financeiras de 1993, pelos seguintes valores:

Imobilizado	Avaliação a 31/12/92
Terrenos e recursos naturais	11.937.954,53
Edifícios e outras construções	47.754.651,29
Equipamento básico	10.873.639,53
Equipamento de transporte	26.935,09
Ferramentas e utensílios	148.746,52
Equipamento administrativo	377.440,37

Os Terrenos e recursos naturais foram registados por contrapartida da rubrica de Património e o restante imobilizado foi registado por contrapartida de Proveitos diferidos (Subsídios ao investimento).

As demonstrações financeiras não compreendem os bens que integram os museus do IST, nem o material de cultura das bibliotecas adquirido antes de 31 de dezembro de 1992, devido a dificuldades técnicas na sua avaliação.

As imobilizações corpóreas adquiridas após 1 de janeiro de 1993, encontram-se registadas ao custo de aquisição, com as exceções a seguir mencionadas:

- Em 1994, após conclusão da sua avaliação, de acordo com um estudo elaborado por uma entidade especializada, foram incorporados no imobilizado do IST, dois edifícios no montante de 4.302.131,86 euros.
- Em 1998, foi registado no imobilizado por contrapartida de Fundos Próprios, um lote de terreno com a área de 116.960m² no Parque de Ciência e Tecnologia de Oeiras, com o valor de 5.833.940 euros, resultante da cedência pelo Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A., do direito de superfície perpétuo e gratuito.

Conforme se referiu, as imobilizações adquiridas até 1992 foram integradas nas demonstrações financeiras pelo valor por que foram avaliadas, tendo-se creditado a rubrica “Proveitos Diferidos” por forma a reconhecer o benefício económico proporcionado pela utilização dos bens nos mesmos exercícios em que forem sendo registadas as correspondentes amortizações. Foi adotado idêntico procedimento para os bens do imobilizado financiados por subsídios ou donativos específicos.

Em 2004, no âmbito de implementação do Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), o IST procedeu à inventariação completa dos seus bens móveis, bem como à avaliação dos seus bens imóveis, de acordo com a metodologia da Portaria nº. 671/2000 de 17 de abril, passando a usar desde essa data as taxas de amortização determinadas pela referida portaria.

Os Edifícios adquiridos até 31 de dezembro de 1992, em virtude da aplicação da Portaria 671/2000 passaram de uma taxa de amortização de 5% para 1,25% o que se traduz numa alteração da vida útil estimada.

Tratando-se de bens cuja aquisição foi subsidiada é nulo o impacto nos Capitais Próprios, podendo no entanto o Ativo Líquido estar subavaliado no montante máximo de 2.560.000,00€ e a respetiva rubrica de proveitos diferidos.

Os bens do ativo imobilizado adquiridos até 31 de dezembro de 2004 foram avaliados e incorporados nas demonstrações financeiras de 2005, pelos seguintes valores:

Imobilizado	Valor Imobilizado Bruto	Amortizações Acumuladas
Equipamento básico	12.252.006,96	3.994.708,21
Equipamento de transporte	49.602,24	14.185,43
Ferramentas e utensílios	2.288,63	793,66
Equipamento administrativo	6.485.056,73	2.756.156,41
Outras imobilizações corpóreas	11.857.938,39	11.076.833,85
Total	30.646.892,95	17.842.677,56

O registo desta avaliação resultou num aumento do Imobilizado líquido de cerca de 2 milhões de euros, referente a bens adquiridos antes de 2004, e que foram registados por contrapartida da rubrica de Património em Fundos Próprios.

No que se refere aos “ Livros e Documentação Técnica”, “Jornais Oficiais” e “Diários da República” o valor considerado foi o valor a 31/12/2004, ou seja o valor histórico, que totaliza 11.971.492,07€, incluídos na conta 429 – Outras imobilizações Corpóreas”.

No que respeita aos bens imóveis, a referida avaliação não foi incluída nas contas, pois aguarda-se pelo parecer da Direção Geral de Património.

Em 30 de abril de 2012, o Instituto Tecnológico e Nuclear, I.P. (ex-ITN) foi integrado no Instituto Superior Técnico (IST), decorrente do Decreto-Lei n.º 29/2012 de 9 de fevereiro, o qual faz parte de uma série de diplomas legais, que visam uma reorganização mais eficiente da estrutura do Estado. Nessa altura, foi preparado um balanço especificamente para o efeito de se proceder à integração do ex-ITN nas contas do IST. Após a integração no IST, o ex-ITN passou a designar-se Centro Tecnológico e Nuclear (CTN).

Contudo, em 2012, as contas do ex-ITN (base da integração) não incluíam uma série de ativos do imobilizado corpóreo, de natureza muito técnica, que só agora puderam ser identificados e mensurados e que, por isso, só em 2017 vão ser integrados no IST.

Note-se que estes bens terão sido totalmente subsidiados pelo Estado, uma vez que os investigadores e/ou técnicos do atual CTN asseguraram que o Instituto não teria capacidade financeira para os adquirir. Para além disso, também não poderia tratar-se de uma mera doação, pois correspondem a equipamentos muito específicos, com alto grau de sofisticação, que naturalmente terão sido adquiridos de acordo com os requisitos técnicos e as especificações dos investigadores que trabalhavam no ex-ITN. Com efeito, para além do reconhecimento contabilístico destes bens, devem ser igualmente contabilizados proveitos diferidos (subsídios ao investimento) de igual montante. Assim, de acordo com as regras contabilísticas, o aumento do custo das amortizações com tais bens é integralmente compensado com o correspondente aumento do proveito a reconhecer com subsídios ao investimento.

Acresce que, no conjunto de bens a integrar, está incluído o Reator Português de Investigação (RPI) – que, em 14 de setembro de 2017, foi encerrado definitivamente. Assim, após o seu reconhecimento no património do IST, procedeu-se à amortização extraordinária do valor líquido contabilístico atual do RPI.

Adicionalmente, e uma vez que, de acordo com o n.º 3, do artigo 4.º do referido decreto-lei, por razões de segurança ou obsolescência do equipamento, o custo de desmantelamento do reator nuclear cabe ao Governo, através do ministério que tutela a investigação científica, não irá ser constituída qualquer provisão para fazer face a responsabilidades com o desmantelamento do RPI nas contas do IST. Cabe, porém, ao IST preparar um plano pormenorizado para efetivar esse desmantelamento.

Abates

Foram efetuados abates durante o ano 2017 no montante total de 381.852,98 €, tendo gerado um custo no ano de 558,28€.

Amortizações

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo ou valor de mercado, quando aplicável, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, começando a amortização no mês em que o bem inicia a sua utilização e sendo contabilizada por débito na demonstração de resultados de cada exercício. As taxas de amortização aplicadas são as que constam no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulamentado pela Portaria nº. 671/2000 de 17 de abril, e refletem a vida útil estimada dos bens como segue:

Rubrica	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20 a 80
Equipamento básico	3 a 14
Equipamento de transporte	6 a 10
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

A amortização dos edifícios que foram objeto de avaliação é efetuada ao longo da vida útil remanescente, estimada pelos avaliadores independentes.

Os custos de manutenção e reparação que não aumentam os benefícios económicos e/ou a vida útil dos bens de imobilizado são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos bens de imobilizado são determinadas pela diferença, à data da venda, entre o preço de venda e o seu valor líquido contabilístico, sendo registadas na demonstração dos resultados como ganhos ou perdas em imobilizações.

Imobilizações em curso

O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição e corresponde aos ativos que se encontram, à data de 31 de dezembro de 2017 em fase de construção ou montagem. Estes ativos só são amortizados a partir do momento em que se encontrem em estado de uso, sendo, nessa altura, transferidos para imobilizado firme.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros em partes de capital encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, segundo o qual as participações financeiras são ajustadas anualmente, de forma a corresponderem à proporção detida nos capitais próprios da entidade associada. O montante a ajustar é

reconhecido na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de custos ou proveitos financeiros preconizada para o efeito, consoante aquele montante represente, respetivamente, uma perda ou um ganho para o Instituto Superior Técnico.

São constituídas provisões para investimentos financeiros caso se verifiquem perdas de valor consideradas permanentes.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, posteriormente reduzidas ao seu valor estimado de realização (valor realizável líquido), se este for inferior. Estes ajustamentos são constituídos pela diferença entre o custo de aquisição e o correspondente valor de realização, sempre que este se revela inferior. As saídas são custeadas pelo critério do custo médio ponderado.

Provisões para cobrança duvidosa

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas mediante a análise da antiguidade das dívidas, tendo por base a avaliação do risco individual de cada devedor, face às informações disponíveis no final do exercício.

Em regra, a constituição de provisões para cobrança duvidosa é efetuada de acordo com a política descrita no ponto 2.7 do POC – Educação. São constituídas para os créditos, que não do Estado (sentido lato), em mora há mais de 12 meses desde a data do respetivo vencimento e para as quais existam diligências para o seu recebimento. Relativamente às dívidas dos alunos, são constituídas provisões para as dívidas que estejam em mora há mais de 24 meses. A taxa de provisão considerada é de 100%.

Outras provisões

São reconhecidas provisões sempre que tal se revele necessário para cobrir o risco presente de perda futura de valor de um ativo ou seja provável ocorrer uma saída de recursos para resolução de uma questão pendente (litígio legal ou afim), desde que o montante em causa seja possível de estimar com um grau de fiabilidade razoável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Especialização dos exercícios

O Instituto Superior Técnico regista os seus custos e proveitos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecendo-os à medida que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. As rubricas de “Acréscimos e diferimentos” incluem os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas correspondentes apenas ocorrerão no futuro, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pela parte que lhes corresponde.

O reconhecimento de proveitos associados às vendas e prestação de serviços e às propinas obedece aos seguintes critérios:

- Vendas e Prestação de serviços: o reconhecimento do proveito ocorre no momento de emissão do respetivo documento suporte, podendo ser ajustado no final do exercício para cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Propinas: o reconhecimento do proveito ocorre ao longo do ano letivo.

Financiamento de despesas correntes e de despesas de capital

Os montantes recebidos destinados a financiar despesas correntes são registados como proveito do exercício na rubrica de “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos custos incorridos durante o exercício, independentemente do momento do recebimento dos mesmos, com a exceção das transferências correntes obtidas do Orçamento de Estado, resultantes do orçamento aprovado e subsequentes alterações orçamentais, que são reconhecidas como proveito no exercício em que ocorre o seu recebimento.

Os subsídios recebidos para financiar despesas de capital são diferidos no Balanço, na rubrica de “Proveitos diferidos”, sendo depois reconhecidos os proveitos em cada exercício, na proporção idêntica aos encargos anuais com a amortização dos bens subsidiados. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício, resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas amortizações, foi reconhecido o seu custo.

Até ao exercício de 2013, o IST registava e reconhecia numa base de caixa os montantes transferidos das entidades financiadoras, refletindo em proveitos diferidos apenas o montante dispendido na aquisição de Imobilizações Corpóreas e compensando a amortização desses mesmos bens em proveitos extraordinários. A partir de 2014, a rubrica do ativo devedores por contratos de financiamento regista a totalidade do montante máximo financiável, por contrapartida da rubrica de transferências diferidas. Pelo registo das aquisições de imobilizado corpóreo é regularizada a rubrica de transferências diferidas, por contrapartida da rubrica subsídios para investimento. Numa base anual são reconhecidos proveitos de subsídios, com base nos custos incorridos acrescido dos encargos gerais na percentagem do montante financiado. Numa base anual, a rubrica subsídios para investimento é regularizada pelo valor das amortizações dos respetivos bens de imobilizados corpóreos adquiridos.

No corrente ano relevaram-se os seguintes montantes:

Orçamento Contratado	63.160.740,82
Aquisições Imob. Corpóreas	296.229,31
Custos Diretos	6.260.775,89
Encargos Gerais	3.946.065,04
Amortizações	459.471,46
Recebimentos	9.393.143,08
Proveitos Correntes	10.206.840,92
Proveitos Extraordinários	440.654,92

Enquadramento fiscal

O Instituto Superior Técnico é uma entidade que goza de isenção parcial do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), uma vez que se encontra sujeito a este imposto apenas por via da retenção na fonte a título definitivo relativamente aos seus rendimentos de aplicação de capitais. O Instituto Superior Técnico não está obrigado a entregar a declaração anual de rendimentos.

8.2.4 COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM EUROS

Os montantes originalmente expressos em outras divisas são convertidos para Euros, ao câmbio do dia em que o ativo ou passivo é transacionado, ou seja, em que passa a ser considerado como pertença ou

obrigação do Instituto Superior Técnico e é, por isso, consequentemente reconhecido nas suas demonstrações financeiras.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica "Diferenças de câmbio desfavoráveis" ou "Diferenças de câmbio favoráveis", consoante sejam um custo ou um proveito no exercício.

8.2.7 MOVIMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Rubricas	Ativo bruto						Saldo final 31.12.2017
	Saldo inicial 01.01.2017	Regularizações	Aumentos	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Transf's	
Bens de domínio público:							
Terrenos e recursos naturais	-						-
Edifícios e outras construções	-						-
Outras construções e infra-estruturas	-						-
	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de Investigação e desenvolv.	-						-
Propriedade industrial e outros direitos	-						-
	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	18.122.941,21						18.122.941,21
Edifícios e outras construções	133.467.283,61		702.440,06			41.113,48	134.210.837,15
Equipamento básico	72.747.369,74	13.430.000,00	1.403.641,20	-260.587,58			87.320.423,36
Equipamento de transporte	91.215,89						91.215,89
Ferramentas e utensílios	592.680,21		72.255,87	-4.727,32			660.208,76
Equipamento administrativo	5.837.826,00		53.875,20	-112.410,91			5.779.290,29
Outras imobilizações corpóreas	15.300.589,97		31.664,17	-4.127,17			15.328.126,97
Imobilizações em curso de imob. corp.	567.732,10		102.396,78			-41.113,48	629.015,40
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-						-
	246.727.638,73	13.430.000,00	2.366.273,28	(381.852,98)	-	-	262.142.059,03
Investimentos Financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	17.365.010,82	-127.809,73	90.101,50				17.327.302,59
Obrigações e títulos de participação	-						-
Outras aplicações financeiras	-						-
	17.365.010,82	(127.809,73)	90.101,50	-	-	-	17.327.302,59
	264.092.649,55	13.302.190,27	2.456.374,78	(381.852,98)	-	-	279.469.361,62

Rubricas	Amortizações Acumuladas e Provisões						Saldo final 31.12.2017
	Saldo inicial 01.01.2017	Regularizações	Reforços	Abates e Alienações	Autos de Cedência	Regul. e Transf's	
Bens de domínio público:							
Edifícios e outras construções	-						-
Outras construções e infra-estruturas	-						-
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de Investigação e desenvolv.	-						-
Propriedade industrial e outros direitos	-						-
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	70.449.185,14		1.603.669,95				72.052.855,09
Equipamento básico	67.344.190,37	8.000.000,00	3.070.915,94	-260.029,30			78.155.077,01
Equipamento de transporte	78.331,74		4.343,26				82.675,00
Ferramentas e utensílios	540.084,84		30.695,27	-4.727,32			566.052,79
Equipamento administrativo	5.414.244,12		190.298,88	-112.410,91			5.492.132,09
Outras imobilizações corpóreas	15.273.268,28		34.598,22	-4.127,17			15.303.739,33
Imobilizações em curso de imob. corp.	-						-
Adiantamentos por conta de imob. corp.	-						-
	159.099.304,49	8.000.000,00	4.934.521,52	(381.294,70)	-	-	171.652.531,31
Investimentos Financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	-						-
Obrigações e títulos de participação	-						-
Outras aplicações financeiras	-						-
	159.099.304,49	8.000.000,00	4.934.521,52	(381.294,70)	-	-	171.652.531,31

Tal como descrito no ponto anterior, foi efetuado no ano 2017 a integração de bens do ex-ITN que não estavam devidamente contabilizados. Houve assim um aumento no equipamento básico através de regularizações no montante de 13.430.000,00 euros, acresce no entanto que neste montante se encontra incluído o Reator, valorizado em cerca de 8.000.000,00 euros, mas que devido à sua desativação em meados de setembro de 2017 teve uma amortização extraordinária no seu valor total, os restantes equipamentos foram amortizados considerando uma vida útil remanescente de 10 anos.

8.2.12 CEDÊNCIAS DE IMOBILIZADO E IMOBILIZADO EM CURSO

Durante 2017, não houve cedências de imobilizado corpóreo de ou para o Instituto Superior Técnico.

Em 31 de dezembro de 2017, o imobilizado em curso do Instituto Superior Técnico, incluía as seguintes obras:

Obra em curso	Valor a 31.12.2017
PROJECTO ALAMEDA	217.448,37
PROJECTO CANTINA TAGUSPARK	119705 188.544,00
EMPREITADA PROSPECCAO NA ESTRUTURA DA GARE DO ARCO CEGO	20152525 12.961,05
AQUISICAO DE PLANOS, ESTUDOS E PROJECTOS DA OBRA DO ARCO CEGO	20152527 48.509,98
PLANOS E ESTUDOS E PROJECTO DA RECONVERSAO GARE DO ARCO CEGO	20161933 21.363,56
ELABORACAO DO PROJECTO DE ESCAVACAO CONTECÇÃO PERIFERICA DA GARE DO ARCO	20161934 6.297,60
ESTUDO GEOTECNICO E GEOLOGICO DA GARE DO ARCO CEGO	20161935 4.354,11
ALTERACAO AOS PROJECTOS ESPECIALIDADES DA GARE DO ARCO CEGO	20161936 27.139,95
REABILITAÇÃO FACHADAS DO CENTRAL	20179519 47.215,91
REABILITAÇÃO DO ESTUDIO AUDIOVISUAL DE CIVIL	20179522 13.116,71
AQUISIÇÃO PLANOS E ESTUDOS PROJECTO SUSTENTABILIDADE DA GARE ARCO CEGO	20179523 2.475,38
REVISÃO PROJECTO EXECUÇÃO DA RECONVERSAO DA GARE ARCO CEGO	20179524 36.452,28
ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE DEMOLIÇÃO DA GARE DO ARCO CEGO	20179527 3.136,50
	<u>629.015,40</u>

8.2.16 PARTES DE CAPITAL EM ENTIDADES PARTICIPADAS

Em 31 de dezembro de 2017, o valor das participações em entidades participadas apresenta-se como segue:

Entidade Participada	Sede	Participação detida		Balanco da Entidade Participada 31.12.2017	
		%	Valor	Capital próprio	Resultado liquido
TAGUS PARK	Oeiras	12,64% *	7.250.397,42	57.360.739,09	828.412,36
INESC	Lisboa	33,00%	4.453.985,25	13.496.925,00	63.392,00
LISPOLIS	Lisboa	7,30%	87.500,00		
FUND PORTUGAL AFRICA	Porto	0,04%	4.987,98		
INESC-ID	Lisboa	51,00%	573.301,25	1.124.120,00	57.404,00
OPEN	Lisboa	0,01%	5.000,00		
FUNDEC	Lisboa	5,95%*	11.893,10	199.804,00	19.451,00
LOGICA E.M.	Moura	5,00%	5.000,00		
CENTROHABITAT	Tamengos		1.000,00		
POOL NET	Marinha Grande	1,35%	500,00		
	Eindhoven, Países				
KIC INNOENERGY SE	Baixos		10.000,00		
IST ID	Lisboa	50,00%	4.923.237,59	4.446.475,18	112.677,55
KIC INNOENERGY IBERIA SL	Barcelona		500,00		

* Apesar da participação do capital ser inferior a 20%, o IST detém o controlo de gestão

8.2.23 VALOR DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de dezembro 2017, as dívidas a receber de cobrança duvidosa ascendem ao montante de 2.757.494,54 euros, estão relevadas na rubrica "Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa" (2.585.427,76€) e "Outros devedores" (202.759,98€) e são ajustadas, de acordo com os critérios mencionados na Nota 8.2.3.

8.2.24 VALORES RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2017, o montante a receber do pessoal, no valor de 51.693,85 euros, encontra-se evidenciado na rubrica de "Outros devedores – curto prazo". Este montante respeita essencialmente a guias de reposição de vencimentos pagos a mais e ainda não repostos e a adiantamentos de salários e por conta de despesas efetuadas ao serviço do Instituto Superior Técnico.

8.2.26 DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017, não existem dívidas em mora ao Estado, Segurança Social ou a outro organismo estatal.

8.2.27 DÍVIDAS A TERCEIROS A LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2017, não existem dívidas a terceiros há mais de cinco anos.

8.2.29 AVALES E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto Superior Técnico detinha as seguintes garantias prestadas a terceiros:

<u>Tipo de garantia</u>	<u>Saldo inicial 01.01.2017</u>	<u>Concedidas no ano</u>	<u>Canceladas no ano</u>	<u>Saldo final 31.12.2017</u>
Avaes internos				-
Avaes externos				-
Garantias reais				-
Outras garantias	45.323,00			45.323,00
	<u>45.323,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.323,00</u>

8.2.31 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

<u>Código das contas</u>	<u>Designação</u>	<u>Provisões</u>			<u>Saldo final 31.12.2017</u>
		<u>Saldo inicial 01.01.2017</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	
19	Provisão para aplicações tesouraria	-			-
291	Provisão para cobranças duvidosas	2.146.952,13	788.031,71	(146.796,11)	2.788.187,73
292	Provisão para riscos e encargos	100.000,00			100.000,00
39	Provisão para depreciação de exist.	-			-
49	Provisão para investim. financeiros	-		-	-
		<u>2.246.952,13</u>	<u>788.031,71</u>	<u>(146.796,11)</u>	<u>2.888.187,73</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica "Provisão para cobranças duvidosas" apresentava a seguinte composição:

<u>Cobranças duvidosas</u>	<u>31.12.2017</u>
Dívidas de alunos	814.890,59
Dívidas de clientes e utentes	<u>1.973.297,14</u>
	<u>2.788.187,73</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica "Provisão para riscos e encargos" apresentava a seguinte composição:

<u>Riscos e encargos</u>	<u>31.12.2017</u>
Processo AT - IVA	100.000,00
	<u>100.000,00</u>

O aumento registado na rubrica de "Provisão para cobranças duvidosas", no montante de 788.031,71 euros respeita, essencialmente a dividas superiores a um ano de clientes e alunos do ano letivo 2015/2016, efetuou-se também um acerto na dívida dos alunos dos anos letivos 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016 no montante de 328.150,51 euros de acordo com a informação atualizada do sistema de gestão de propinas.

A redução registada na rubrica de "Provisão para cobranças duvidosas", no montante de 146.796,11 euros respeita, a regularizações de dívidas antigas dos clientes por prescrição do prazo de 12 anos, não evidencia a prestação de serviços e ainda por encerramento, insolvência dos mesmos no valor de 59.685,20 euros e recebimentos no ano no valor de 87.110,91 euros.

8.2.32 MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE FUNDO PATRIMONIAL

O movimento ocorrido nas rubricas de fundo patrimonial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Código das contas	Designação	Fundo Patrimonial					Saldo final 31.12.2017
		Saldo inicial 01.01.2017	Regularizações	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultado	
51	Património	22.464.530,10					22.464.530,10
55	Ajustamentos em partes de capital	14.296.462,95			(250.111,53)		14.046.351,42
574	Reservas livres	1.835.576,26					1.835.576,26
575	Subsídios	-					-
576	Doações	3.091.971,46					3.091.971,46
577	Reservas decorrentes transfª ativos	-					-
59	Resultados transitados	20.662.657,47		467.807,58		939.506,87	22.069.971,92
88	Resultado líquido do exercício	939.506,87			(517.877,09)	(939.506,87)	(517.877,09)
		<u>63.290.705,11</u>	-	<u>467.807,58</u>	<u>(767.988,62)</u>	-	<u>62.990.524,07</u>

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de 939.506,87 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados. Foi ainda efetuada uma regularização no montante de 467.807,58 euros relativos ao subsídio ao investimento do ex-ITN na parte das amortizações dos anos 2012 a 2016, que não tinha sido considerada.

A diminuição de 250.111,53 euros na rubrica de Ajustamentos em partes de capital decorre da aplicação do MEP às entidades participadas, conforme nota 8.2.16.

8.2.33 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi determinado como segue:

Designação	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	-	-
Compras	35.448,96	249.665,38
Regularização de existências		
Existências finais	<u>35.448,96</u>	<u>249.665,38</u>

As compras de Mercadorias, referem-se na sua totalidade a compra de livros para revenda, as compras de Matérias-Primas são basicamente produtos de laboratório.

8.2.35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor líquido das vendas e das prestações de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Vendas		
Fotocópias, impressos e publicações	50.985,08	64.168,57
Cadernos de encargos		55,31
Material de escritório	6.714,32	3.560,81
Livros e documentação técnica	104.835,50	119.324,18
Bens inutilizados		
Material Ludico e didatico		
Outros bens	<u>14.842,34</u>	<u>(6.129,74)</u>
	<u>177.377,24</u>	<u>180.979,13</u>
Prestações de serviços		
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	1.056.541,99	935.530,10
Reparações		
Assistência técnica		(139,49)
Serviços de laboratório	1.523.760,37	1.564.417,28
Vistorias e ensaios		
Patrocinios	236.331,85	258.688,23
Cursos		(6.492,64)
Recolha e eliminação de radioativos	21.459,41	31.852,12
Outros serviços prestados	507.105,32	403.625,56
Ações de formação	464.082,53	357.855,97
Seminários e Congressos	46.042,00	372.182,69
Atividades científicas	233.599,73	145.640,02
Ensino	838.885,33	723.737,92
Serviços prestados ao exterior (estudos, pareceres, etc.)	<u>454.745,37</u>	<u>262.209,12</u>
	<u>5.382.553,90</u>	<u>5.049.106,88</u>
	<u>5.559.931,14</u>	<u>5.230.086,01</u>

A quebra que se verificou nas vendas, em particular, nas rubricas de "Fotocópias, impressos e publicações", "Livros e documentação técnica" e "outros bens" decorre da anulação de dívida antiga de clientes por contrapartida de menos proveitos do ano – procedimento adotado por indicação da DGO.

As prestações de serviços registaram um acréscimo decorrente do aumento de atividade, mesmo tendo havido anulação de dívida antiga de clientes, no entanto em montantes inferiores que em anos anteriores

e mesmo tendo havido uma quebra expressiva nos seminários e congressos relativamente ao ano anterior.

8.2.37 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados financeiros decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2017	31.12.2016
Custos e perdas			
681	Juros suportados	61,33	948,73
682	Perdas em entidades ou subentidades		
683	Amortizações de investimentos em imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	143,64	12,16
687	Perdas na alienação de apl. de tesouraria		
688	Outros custos e perdas financeiros	53.364,92	43.007,16
		53.569,89	43.968,05
	Resultados Financeiros	163.043,26	486.529,59
		216.613,15	530.497,64
Proveitos e ganhos			
781	Juros obtidos		
782	Ganhos em entidades ou subentidades	212.403,30	525.550,93
783	Rendimentos de imóveis		
784	Rendimentos de participações de capital		
785	Diferenças de câmbio favoráveis	3.460,01	4.946,71
786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
787	Ganhos na alienação de apl. de tesouraria		
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	749,84	
		216.613,15	530.497,64

O proveito de 212.403,30 euros evidenciado na rubrica de "Ganhos em entidades ou subentidades", deriva, essencialmente, da aplicação do MEP às entidades associadas, que diminui em relação ao ano anterior.

8.2.38 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os resultados extraordinários decompõem-se como segue:

Código das contas	Designação	31.12.2017	31.12.2016
Custos e perdas			
691	Transferências de capital concedidas	756.075,85	756.093,37
692	Dívidas incobráveis	-	-
693	Perdas em existências	-	-
694	Perdas em imobilizações	558,28	5.868,06
695	Multas e penalidades	2.985,59	24.515,94
696	Aumentos de amortizações e provisões	8.000.000,00	-
697	Correções relativas a exercícios anteriores	903.695,62	549.726,19
698	Outros custos e perdas extraordinárias	51.262,67	51.936,51
		<u>9.714.578,01</u>	<u>1.388.140,07</u>
	Resultados Extraordinários	<u>2.447.859,58</u>	<u>2.836.540,94</u>
		<u>12.162.437,59</u>	<u>4.224.681,01</u>
Proveitos e ganhos			
791	Restituição de impostos	-	-
792	Recuperação de dívidas	-	-
793	Ganhos em existências	-	-
794	Ganhos em imobilizações	754,40	3.280,00
795	Benefícios de penalidades contratuais	-	-
796	Redução de amortizações e de provisões	146.796,11	535.955,22
797	Correções relativas a exercícios anteriores	371.099,01	448.442,83
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	11.643.788,07	3.237.002,96
		<u>12.162.437,59</u>	<u>4.224.681,01</u>

A rubrica "Aumentos de amortizações e provisões", inclui o montante da amortização extraordinária do Reator do CTN, devido à sua desativação em 2017.

A rubrica de custos com "Correções relativas a exercícios anteriores", num total de 903.695,62 euros, inclui o montante de 421.109,66 euros correspondente a restituições a entidades financiadoras, o montante de 65.244,88 euros correspondentes a notas de crédito de receitas de anos anteriores e o montante de 417.341,08 euros referente despesas de anos anteriores, onde se inclui o valor do acerto das dívidas dos alunos relativas aos anos letivos 2013/2014 a 2015/2016. A mesma rubrica, mas agora relativa a proveitos, no montante de 371.099,01 euros, inclui o montante de 234.771,65 euros correspondentes a receitas de anos anteriores, o montante de 131.353,67 euros, correspondente a reposições não abatidas nos pagamentos e o montante de 4.973,69 euros correspondente a anulação despesa de anos anteriores.

A rubrica "Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários" incluem 11.622.617,60 euros correspondentes ao reconhecimento no exercício dos proveitos para compensar os custos relacionados com as amortizações do ano de 2017, relativas a imobilizações corpóreas com subsídios associados, onde se incluem os bens integrados do ex-ITN conforme nota 4.2.3.

8.2.39 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica disponibilidades decompõe-se como segue:

Designação	31.12.2017	31.12.2016
Numerário	12.558,67	9.303,08
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	14.836.815,02	17.300.772,18
Depósitos a prazo	-	-
Outras aplicações de tesouraria	-	-
	<u>14.849.373,69</u>	<u>17.310.075,26</u>
Descoberto bancário	-	-

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de Estado e outros entes públicos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2017	31.12.2016
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ADSE	-	152,92
Restantes impostos	-	-
	<u>-</u>	<u>152,92</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções de impostos sobre rendimentos	1.114.881,03	1.206.736,70
Imposto sobre o valor acrescentado	395.381,69	311.960,06
Contribuições para a Segurança social/ CGA/ADSE	267.616,78	134.946,59
Restantes impostos	71,00	71,00
	<u>1.777.950,50</u>	<u>1.653.714,35</u>

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de Acréscimos e diferimentos decompõem-se como segue:

Designação	31.12.2017	31.12.2016
Acréscimos e diferimentos ativos		
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	-	-
Propinas a receber	-	-
Pedidos de pagamento - Projetos	-	-
Prestação de serviços	-	-
Bolsas FCT	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Outros acréscimos de proveitos	590.543,50	351.815,80
	<u>590.543,50</u>	<u>351.815,80</u>
 Custos diferidos:		
Livros e documentação técnica	-	109,80
Conservação e reparação	4.282,41	-
Seguros pagos antecipadamente	15.697,18	13.444,33
Trabalhos especializados	837,00	2.204,05
Software (Licenças)	24.412,28	4.781,51
Inscrições em cursos e conferências	900,00	-
Outros custos diferidos	97.657,91	32.756,14
	<u>143.786,78</u>	<u>53.295,83</u>
	<u>734.330,28</u>	<u>405.111,63</u>
 Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos:		
Seguros a liquidar	-	5.524,29
Remunerações a liquidar	9.147.147,35	9.162.682,32
Encargos de instalações	178.225,95	292.627,44
Comunicações	3.669,92	2.452,70
Transferências	48.287,00	-
Honorários	56.842,59	40.525,03
Trabalhos especializados	19.849,73	17.754,26
Outros acréscimos de custos	296.440,25	581.066,72
	<u>9.750.462,79</u>	<u>10.102.632,76</u>
 Proveitos diferidos:		
Prestação de serviços	-	-
Subsídios à exploração	-	-
Subsídios para investimentos	47.571.971,84	46.619.333,55
Propinas	7.347.045,59	7.265.290,63
Projetos de investigação	41.236.522,91	27.732.675,42
Outros proveitos diferidos	129.954,76	171.012,02
	<u>96.285.495,10</u>	<u>81.788.311,62</u>
	<u>106.035.957,89</u>	<u>91.890.944,38</u>

A rubrica de "Outros acréscimos de proveitos", no montante de 590.543,50 euros respeita, essencialmente, a afetação no ano 2017 da compensação dos custos de estrutura referentes ao 2º semestre de 2017 faturados em 2018.

A rubrica de "Remunerações a liquidar", no montante de 9.147.147,35 euros respeita, essencialmente, a afetação no ano 2017 dos custos de pessoal com férias e subsídio de férias a pagar em 2018.

O aumento acentuado que se verificou na rubrica de "Projetos de investigação", justifica-se sobretudo pelo aumento do número de novos contratos de investigação com entidades financiadoras, passando de 145 para 192 projetos em 2017.

SALDOS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017, as principais rubricas de terceiros apresentavam a seguinte decomposição:

<u>Cientes c/c</u>	<u>Valor a 31.12.2017</u>
Saldos devedores	
IST-ID	261.867,46
BANCO BPI, SA	184.384,59
FRESENIUS MEDICAL CARE PORTUGAL S A	128.952,26
PARQUES DE SINTRA MONTE DA LUA S.A.	116.235,00
CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL,EPE	110.893,19
SECRETARIA REGIONAL EQUIPAMENTOS INFRAESTRUTURAS	77.775,00
ADIST-ASSOC.PARA O DESENV.DO IST	61.596,95
INESC-ID - INST. ENG. SISTEMAS COMP. INV. DESENVOL	55.194,63
NAREST - SOC. NACIONAL DE RESTAURAÇÃO, LDA	44.960,48
VIAGENS ABREU, SA	38.118,69
SUCH	36.903,83
THE NAVIGATOR COMPANY S.A.	34.925,00
PARTEX SERVICES PORTUGAL SA.	34.184,16
SAINT GOBAIN-WEBER	29.520,00
CIENCIA VIVA - AG. NAC. P/CULT. CIENT. TECNOLOGICA	29.355,32
CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL, EPE	28.500,09
AGUAS DO ALGARVE SA	26.330,61
CABOPOL	24.600,00
IDMEC - INSTITUTO DE ENGENHARIA MECANICA	23.904,95
UNITED KINGDOM ATOMIC ENERGY AUTHORITY	23.038,53
CCDRN- COMISSAO COORD. DESENVOLV. REGIONAL-NORTE	22.238,15
AGUARELA DO MUNDO- AGUAS DE NASCENTE, S.A	20.035,47
Outros (saldos inferiores a 20.000 euros)	995.835,19
	<u>2.409.349,55</u>
Saldos credores	
Outros (saldos inferiores a 20.000 euros)	4.027,57
	<u>2.405.321,98</u>

Outros devedores

	Valor a 31.12.2017
PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO	39.153.816,80
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	153.313,41
SITAF - INVESTIGAÇÃO DESENV. TECNOL. AVANÇ. FORMAÇ	96.488,78
FCT - FUNDACAO PARA A CIENCIA E A TECNOLOGIA	50.000,00
C. E. COMUNIDADE EUROPEIA	38.216,29
BANCO BPI, SA	26.523,47
UTENTES RESIDENCIAS	23.518,01
TECNOLOGIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS SA	20.666,66
PAGAMENTOS INDEVIDOS	20.467,62
Outros (saldos inferiores a 20.000 euros)	244.862,25
	<u>39.827.873,29</u>

Fornecedores c/c

	Valor a 31.12.2017
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL UNIPessoal, LDA	170.500,04
NOVABASE BUSINESS SOLUTIONS	168.613,32
VIGIEXPERT - PREVENCAO E VIGILANCIA PRIVADA, LDA	79.814,14
GERAFLUXO-SOLUÇÕES DE ENERGIA LDA	72.143,05
ASIDEK-SIST. ENGª DESENHO E FABRICAÇÃO UNIP., LDA	43.209,90
SERVILIMPE - SECTOR PUBLICO, A. C. E.	42.544,27
SANIAMBIENTE, LDA	34.628,15
NOVA SERVIÇOS, Lda.	20.961,31
EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS AGUAS LIVRES, S.A.	19.977,84
BARRAQUEIRO TRANSPORTES, SA	18.250,34
OASIS - VIAGENS E TURISMO, SA	18.209,42
IBERLIM	17.024,24
INTERLIMPE LIMPEZAS MECANIZADAS, LDA	15.184,01
LUSANOVA - VIAGENS & TURISMO	15.168,09
SOCIEDADE PORTUGUESA DE AR LIQUIDO	14.582,60
ISQ - INSTITUTO DE SOLDADURA E QUALIDADE	14.197,89
UNIVERSIDADE DE LISBOA UL	13.311,05
NORMAX - FABRICA DE VIDROS CIENTIFICOS, LDA	12.474,37
ENZYMATIC, SA	11.365,30
TRANSALPINO - VIAGENS & TURISMO LDA	10.984,03
VWR INTERNATIONAL- MATERIAL DE LABORATORIO, LDA	10.755,26
INSTITUTO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO IDAD	10.498,05
J. PEREIRA DA CRUZ, SA	10.206,35
Outros (saldos inferiores a 10.000 euros)	393.893,92
	<u>1.238.496,94</u>

Outros credores	Valor a 31.12.2017
CAUÇÕES FORNECEDORES OBRAS	115.393,89
UTENTES RESIDENCIAS - CAUÇÕES	197.600,88
VPO ENGENHARIA E OBRAS PUBLICAS	22.030,64
ENGAVAC - ENG ^a . EDIFICIOS, LDA	14.713,20
JOAO MIGUEL PIRES	7.543,20
EDUARDO MEDEIRO, LDA	6.388,32
ENGITETRA-CONSTRUÇÕES, LDA.	6.125,40
LUIS MALHEIRO - CONS. ENGENHARIA UNIPessoal LDA	5.882,02
BETONIT, LDA	5.770,44
CARLOS ANTONIO PANCADA GUEDES SOARES	5.741,42
LUIS MANUEL VAREJAO DE OLIVEIRA FARIA	5.187,64
Outros (saldos inferiores a 5.000 euros)	61.469,88
	<u>453.846,93</u>

AL
 [Handwritten signature]
 F. [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 LGS

IMPOSTOS E TAXAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Impostos e taxas decompõe-se como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Taxas		
Propinas		
1º ciclo	2.619.116,44	2.712.381,41
2º ciclo	1.592.370,11	1.564.343,82
3º ciclo	676.329,49	1.198.486,23
Mestrado integrado	6.786.221,07	6.745.637,77
Internacional	807,63	-
Outras propinas	593,67	211.280,32
Taxas de matrícula	505.750,09	515.707,08
Taxas de exames	101.105,00	112.615,65
Taxas de melhorias de notas	23.620,00	18.655,00
Seguro escolar	4.007,27	2.309,66
Resíduos radioativos	28.357,99	22.238,35
Outras taxas	28.425,00	28.501,38
 Multas	 10,00	 8.602,22
Emolumentos	352.850,36	334.550,88
Outras penalidades	-	-
 Outros	 <u>12.719.564,12</u>	 <u>13.475.309,77</u>

PROVEITOS SUPLEMENTARES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica proveitos suplementares decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Analises clinicas e atividades de saude	322.914,76	339.053,90
Residências - Alojamento	507.446,67	488.552,90
Aluguer de equipamento	3.751,61	3.517,69
Aluguer de instalações		
Aluguer de salas	439.705,26	425.081,65
Aluguer de habitações		
Aluguer de instalações desportivas		
Aluguer de outros espaços		
Parque de estacionamento		
Outros alugueres		
Marcas e patentes	13.221,08	27.270,68
Reembolso de ajudas de custo	9.360,00	3.456,00
Custos de estrutura	926.559,16	652.030,06
Outros proveitos não especificados	531.233,71	126.395,29
Outros proveitos suplementares	<u>70.676,21</u>	<u>106.811,00</u>
	<u>2.824.868,46</u>	<u>2.172.169,17</u>

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Transferências e subsídios correntes decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transferências e subsídios correntes		
Financiamento do Estado	54.429.812,00	52.751.114,00
Setor público	5.514.886,04	5.026.761,58
Setor privado	1.195.488,65	1.153.531,80
Exterior	10.634.955,57	10.297.862,97
Outras transferências		
	<u>71.775.142,26</u>	<u>69.229.270,35</u>

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Fornecimento e serviços externos decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Subcontratos	2.197.431,85	2.871.587,10
Eletricidade	2.067.964,51	2.090.670,92
Combustíveis	31.435,54	29.268,77
Água	424.599,21	394.310,45
Outros Fluidos	109.923,08	120.863,67
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	619.699,31	592.043,85
Livros e documentação técnica	12.867,12	21.124,28
Material de escritório	336.646,96	218.801,57
Artigos para oferta	29.386,09	25.337,00
Rendas e alugueres	386.813,85	380.244,47
Despesas de representação		
Comunicação	132.574,23	136.521,06
Seguros	35.738,18	42.636,64
Royalties	221.507,09	299.312,23
Transportes de mercadorias		
Transportes de pessoal	187.720,57	189.923,14
Deslocações e estadas	1.218.981,77	1.007.642,81
Comissões		
Honorários	390.351,09	366.685,14
Contencioso e notariado	2.612,33	1.557,84
Conservação e reparação	333.107,64	331.135,89
Publicidade e propaganda	48.217,67	26.576,81
Limpeza, higiene e conforto	1.353.633,73	1.211.933,16
Vigilância e segurança	1.047.255,86	1.043.642,42
Trabalhos especializados	1.825.065,33	1.786.259,22
Lúdico e didático	3.818,42	3.808,00
Publicações on-line		
Consumíveis laboratoriais		
Inscrições em congressos e seminários		
Outros fornecimentos e serviços	<u>1.172.178,01</u>	<u>610.089,69</u>
	<u>14.189.529,44</u>	<u>13.801.976,13</u>

CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Custos com o pessoal decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Remunerações do Pessoal - remuneração base		
Cont.Trab. em regime Funções Públicas	43.700.240,06	42.220.760,61
Contratos de Trabalho	688.292,01	848.898,17
Outro pessoal	<u>12.628,10</u>	<u>24.000,99</u>
	<u>44.401.160,17</u>	<u>43.093.659,77</u>
Remunerações do Pessoal - outras remunerações		
Subsídio de férias e de Natal	7.452.188,43	7.354.695,97
Suplementos de remunerações	4.179.156,15	3.896.875,21
Prestações sociais diretas	<u>313.302,14</u>	<u>287.990,90</u>
	<u>11.944.646,72</u>	<u>11.539.562,08</u>
Outros		
Pensões e prémios para pensões	850,62	850,60
Encargos sobre remunerações	12.402.611,12	12.036.444,01
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		
Encargos sociais voluntários	42.685,61	38.433,70
Formação	120.050,33	138.592,87
Outros custos com o pessoal		
	<u>12.566.197,68</u>	<u>12.214.321,18</u>
Total	<u>68.912.004,57</u>	<u>66.847.543,03</u>

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Transferências correntes concedidas decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transferências correntes concedidas e prestações sociais		
Setor público	756.559,67	335.587,12
Setor privado	271.368,76	99.037,09
Famílias	4.473.534,17	4.487.110,71
Exterior	1.300.054,16	1.002.041,62
Outras	<u>171.687,26</u>	<u>250.038,20</u>
	<u>6.973.204,02</u>	<u>6.173.814,74</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outros custos operacionais decompõe-se como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e taxas	47.042,16	41.773,47
Quotizações	116.151,69	323.605,76
Despesas com propriedade industrial		
Ofertas de existências		
Outros custos e perdas operacionais	3.859,51	2.473,93
	167.053,36	367.853,16

O Conselho de Gestão

Armando Oliver
Jan 5-10

The Mrs.
~~Dorothy [unclear]~~
John G. [unclear]
Mrs. Paula Maria [unclear]
his book
1/1/72
to the dear
Miss S.
JMS